



**COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PÚBLICA**
FAMILY FARMING COOPERATIVES IN THE BRAZILIAN AMAZON:
DIAGNOSIS AND PERSPECTIVES FOR PUBLIC ACTION

Autor(es): Graziela Reis do Carmo, Isabela Renó Jorge Moreira, Alair Ferreira de Freitas, Marcos Vinicius Andrade Gomes, Almiro Alves Junior.

Filiação: Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: graziela.carmo@ufv.br, isareno95@gmail.com, alair.freitas@ufv.br,
marcos.gomes1@ufv.br, almiroalves@gmail.com.

Eixo temático: 5 Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais

Resumo

A bioeconomia amazônica tem ganhado destaque nacional e internacional como vetor de desenvolvimento sustentável nesse bioma. As cooperativas, empreendimentos controlados e de propriedade de seus cooperados, têm sido fundamentais nesse contexto. Portanto, foi objetivo desta pesquisa realizar o panorama das cooperativas da agricultura familiar na Amazônia. Esta pesquisa, de abordagem quantitativa, foi conduzida em 2023 e operacionalizada por meio da consulta a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) das cooperativas em todos os estados da Amazônia e do levantamento dos dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados mostraram que as cooperativas fazem a diferença para a agricultura familiar na Amazônia, ampliando o potencial de suas atividades econômicas e o acesso a bens e serviços e a assistência técnica. Isso pode repercutir, portanto, na resiliência da agricultura familiar e em sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. A conclusão desta pesquisa enfatiza que os governos precisam consolidar uma agenda pública de apoio a esses empreendimentos.

Palavras-chave: cooperativas, agricultura familiar, Amazônia.

Abstract

The Amazonian bioeconomy has gained national and international prominence as a vector for sustainable development in this biome. Cooperatives, enterprises controlled and owned by their members, have been fundamental in this context. Therefore, the objective of this research was to provide an overview of family farming cooperatives in the Amazon. This qualitative research was conducted in 2023 and operationalized by consulting the Declaration of Aptitude for Pronaf (DAP) of cooperatives in all states of the Amazon and surveying data from the 2017 Agricultural Census, conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results



showed that cooperatives make a difference for family farming in the Amazon, expanding the potential of their economic activities and access to goods, services, and technical assistance. This can therefore have an impact on the resilience of family farming and its contribution to sustainable development. The conclusion of this research emphasizes that governments need to consolidate a public agenda to support these enterprises.

Keywords: cooperatives, family farming, Amazon.

1. Introdução

A Amazônia se destaca no contexto da sociobiodiversidade devido à grandeza de suas riquezas naturais e dos benefícios ecossistêmicos que proporciona globalmente. A utilização sustentável desse potencial pode impulsionar o crescimento do Brasil e servir como referência para acelerar a mudança no modelo de desenvolvimento global. No entanto, tais aspectos estão ameaçados devido ao desmatamento ilegal e às mudanças climáticas. Nessa circunstância, a bioeconomia tem ganhado cada vez mais destaque como alternativa para lidar com os desafios ambientais do século XXI e contribuir com o desenvolvimento sustentável (Pamplona; Salarini; Kadri, 2021).

Este debate, no contexto Amazônico, revela a necessidade de valorizar organizações que estruturam sistemas alimentares baseados na inclusão produtiva e na produção sustentável de alimentos. É nesse cenário que as cooperativas emergem como um modelo de negócio com potencial de promover sistemas mais sustentáveis, inclusivos e resilientes. Além de produzir e fornecer alimentos saudáveis, as cooperativas podem atuar como mediadoras de bens e serviços essenciais para redução das vulnerabilidades, o que amplia a resiliência de seus cooperados (Freitas, 2022). Por isso, alguns estudos têm apostado nas cooperativas como modelo organizacional mais adequado ao segmento da agricultura familiar na Amazônia com potencial de impulsionar a bioeconomia (Ramos *et al.*, 2022; Silva, *et al.*, 2019; Sousa, *et al.*, 2019).

Apesar do avanço recente da produção científica sobre o cooperativismo e, em especial, sobre o cooperativismo vinculado à agricultura familiar, observa-se uma lacuna significativa nas análises dedicadas à realidade amazônica. No campo acadêmico, predominam estudos de caso pontuais, com ênfase descritiva e cobertura territorial



limitada (Silva, 2019; Sousa et al., 2019; Silva et al., 2020; Souza, Bahia e Gomes, 2021; Ramos et al., 2022). Ademais, não foram identificadas, no âmbito desta pesquisa, investigações técnico-científicas que realizem uma caracterização abrangente do cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia. A escassez de dados sistematizados e de visibilidade sobre essas experiências limita não apenas o debate acadêmico, mas também a formulação de políticas públicas consistentes e o fortalecimento das próprias cooperativas como agentes de transformação territorial.

É diante dessa lacuna que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é oferecer um panorama geral das cooperativas da agricultura familiar na Amazônia brasileira, por meio de uma análise quantitativa de caráter descritivo. Parte-se do pressuposto de que essas organizações atuam como catalisadoras do desenvolvimento sustentável na região, sendo fundamentais para compreender as dinâmicas locais de produção, inclusão socioeconômica e inovação social. Entender como se estruturam, quais benefícios geram e que desafios enfrentam é estratégico para impulsionar a agenda da bioeconomia amazônica, repensar modelos de negócios sustentáveis e subsidiar políticas públicas mais eficazes.

2. O potencial das cooperativas para a preservação da sociobiodiversidade amazônica

Em contraste com uma paisagem rica em sociobiodiversidade, a Amazônia é palco de conflitos pelo uso de terras, degradação dos ecossistemas e insegurança alimentar. São os ecossistemas e os povos e comunidades tradicionais os mais afetados pela dinâmica exploratória presente no território, especialmente a partir de atividades econômicas ligadas à mineração, a produção extensiva de gado de corte e de *commodities*. Nesse sentido, pesquisadores, entidades governamentais e não governamentais estão sendo desafiadas a pensar estratégias para compatibilizar o desenvolvimento econômico da região com a manutenção da floresta e a preservação da sociobiodiversidade local (Abramovay, 2022).



É nesse contexto que a literatura tem apontado estratégias de desenvolvimento econômico que focalizem a preservação dos recursos naturais e a valorização dos modos de vida e saberes dos povos tradicionais. Dentre essas estratégias, estudos recentes indicam a Bioeconomia como peça central para o desenvolvimento de atividades econômicas de forma sustentável na Amazônia. Este modelo consiste na utilização dos recursos para o desenvolvimento das cadeias de valor, preservando as culturas, os territórios e a natureza, tendo como premissa a manutenção da infraestrutura natural para viabilizar processos econômicos sem esgotamento dos recursos naturais (Abramovay, 2022).

Para Pamplona, Salarini e Kadri (2021) uma das estratégias de valorização e apoio à bioeconomia amazônica é a estruturação de cadeias de valor que aproximem as cooperativas e associações dos agricultores familiares e extrativistas. Na visão dos autores, essa estratégia pode ser implementada a curto prazo e é fundamental para viabilizar cadeias produtivas mais consolidadas, atendendo as demandas dos mercados.

As cooperativas são organizações de propriedade coletiva, formalmente constituídas, que emergem da articulação coletiva com o objetivo de organizar a atividade econômica dos seus membros e facilitar o acesso a mercados (Freitas, 2022). A presença de cooperativas trazem impactos notórios, e vão desde fortalecimento das cadeias de valor da Amazônia (Souza; Bahia; Gomes, 2021; Silva *et al.*, 2020); a manutenção de estradas, financiamento para famílias cooperadas, melhoria das atividades produtivas e atendimento de solicitações de apoio para reformas de escolas (SOUSA *et al.* 2019). Elas também apoiam às iniciativas ligadas aos agroecossistemas pautados nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), o estímulo à participação das mulheres nos espaços sociais (Silva *et al.* 2020), e o trabalho de conscientização para a preservação da floresta, da conservação de espécies nativas e do solo (Souza; Bahia; Gomes, 2021).

Apesar do potencial das cooperativas, constata-se a dificuldade de unir informações precisas sobre essas experiências, principalmente das cooperativas de agricultores familiares, que ainda são dispersas e imprecisas. Consequentemente, muitas experiências cooperativas são negligenciadas e invisibilizadas na agenda política de seus



territórios, o que limita seu potencial de intervenção Amazônica. Porém, como constatado na literatura emergente, dar visibilidade e apoiar iniciativas cooperativistas na região, é uma alternativa estratégica para a preservação da sociobiodiversidade local e a manutenção da floresta amazônica (Ramos *et al.*, 2022; Silva, *et al.*, 2019; Londres *et al.*, 2023; Brondizio *et al.*, 2021).

3. Metodologia

O presente estudo é quantitativo e descritivo. O objetivo é quantificar, analisar e interpretar dados, a partir de variáveis para compreender elementos e características determinantes em relação ao cooperativismo no lócus de pesquisa. A partir da amostra de dimensão regional, é possível construir um retrato real e objetivo da realidade (Fonseca, 2002). Além disso, o estudo é descritivo pelo fato de descrever particularidades significativas sobre uma situação social, relatando informações obtidas a partir da coleta de dados (Gil, 2008).

A Amazônia foi escolhida como lócus de pesquisa, no contexto de atuação das cooperativas, pois trata-se do principal bioma do país, e é palco constante de intervenções degradadoras de seu ecossistema, mantendo-se ameaçado pela ação humana. Neste trabalho, utiliza-se o termo “Amazônia”, mas representando um recorte territorial que abrange os oito estados da Amazônia Legal — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins — e toda a área do estado do Maranhão, inclusive a parte do estado não pertencente à Amazônia Legal. Essa escolha foi realizada para viabilizar a coleta e a padronização dos dados estatísticos, visto que algumas bases de dados utilizam os estados como unidade de análise e outras, os municípios.

Na presente pesquisa, para descrever o panorama das cooperativas da agricultura familiar na Amazônia, utilizou-se duas bases de coleta de dados secundários: (i) Extrato DAP de 2023; e o (ii) Censo Agropecuário de 2017. A coleta ocorreu entre os meses de novembro de 2023 a agosto de 2024.

Desde 1995, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) foi o documento de identificação e acesso a políticas públicas pelos agricultores familiares e seus



empreendimentos rurais na forma de associações e cooperativas. A partir de 2017, o Decreto nº 9.064 determinou a substituição da DAP para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), tornando-o requisito para o acesso de agricultores familiares às políticas públicas de estímulo à produção agrícola familiar. No entanto, apesar da emissão da CAF ter iniciado em 2022, as DAPs com validade de 01 de fevereiro de 2024 permaneceram vigentes, mantendo documentos ainda válidos no país até essa data. Além disso, no momento da coleta de dados, não havia uma base pública consolidada que quantificasse as CAFs, o que inviabilizou sua análise dentro do recorte temporal do estudo.

Por isso, essa seção apresenta um panorama das cooperativas da agricultura familiar na Amazônia, com base na análise da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A consulta das DAPs foi realizada para identificar as cooperativas por município, englobando todos os municípios situados nos estados da Amazônia brasileira. A partir do sistema, identificou-se as DAPs em situação expirada — vencida e não renovada; bloqueada — cancelada devido à irregularidades; e ativa — válida e dentro do prazo de vigência. No entanto, as análises realizadas na próxima seção consideram apenas as DAPs ativas, devido à ausência de dados sobre aquelas expiradas, inválidas, canceladas ou bloqueadas. Como resultado, a cobertura das cooperativas aqui analisadas é parcial, já que as cooperativas poderiam continuar operando mesmo sem a Declaração ativa.

Optou-se também pelo Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2017, sendo a última edição publicada no momento da coleta dos dados. Através dos dados do Censo Agropecuário de 2017, a partir da variável “associação do produtor à cooperativa”, foi possível realizar o mapeamento dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar da Amazônia Legal às cooperativas e as suas respectivas características. As principais características analisadas foram: número de cooperados; origem de assistência técnica; finalidade da produção; distribuição de área; utilização de agrotóxico; e a prática da agricultura orgânica.

É importante ressaltar que uma densa revisão de literatura e pesquisa documental foi realizada, bem como o contato com organizações não governamentais e



governamentais para buscar bancos de dados sobre cooperativas da agricultura familiar da região. Foram identificados alguns mapeamentos contendo listas de cooperativas, em geral, como fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade. No entanto, os únicos bancos de dados que forneceram maior amplitude e delimitação das características das cooperativas foram os mencionados anteriormente nesta metodologia.

4. Resultados

Com o objetivo de compreender os números de cooperativas da agricultura familiar na Amazônia Legal, os resultados estão divididos em dois subtópicos, sendo o primeiro o perfil dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativas da Amazônia, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, e segundo, o mapeamento e características das Cooperativas de Agricultura Familiar da Amazônia, tendo como base os dados do Extrato da DAP de 2023.

4.1 Retrato dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas da Amazônia brasileira

Os estados da Amazônia Legal possuem 749.328 estabelecimentos agropecuários, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017. Desse total, são 24.740 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar vinculados a cooperativas, representando 3,30% do total de estabelecimentos da agricultura familiar¹. A representatividade por estado em relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar vinculados a cooperativas, os estados Rondônia e Pará são destaque com 5.996 e 4.389 estabelecimentos respectivamente. No entanto, o estado com maior número de estabelecimentos vinculados às cooperativas é o Mato Grosso, com 7.998 estabelecimentos vinculados. O Amapá e Roraima são estados com menor

¹ É importante ressaltar que os dados do Censo Agropecuário não distinguem os diferentes ramos das cooperativas. Sendo assim, não é possível identificar se os estabelecimentos são vinculados a cooperativas de produção e comercialização ou se pertencem a cooperativas de outros ramos.



representatividade em número de estabelecimentos cooperativados, com 447 e 341 estabelecimentos respectivamente, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Número total de estabelecimentos agropecuários e cooperativados

Estado	Número de estabelecimentos vinculados a cooperativa	Número total de estabelecimentos agropecuários
Acre	1.179	31.109
Amapá	447	6.984
Amazonas	2.505	70.358
Maranhão	1.200	187.118
Mato Grosso	7.998	81.635
Pará	4.389	239.737
Rondônia	5.996	74.329
Roraima	341	13.103
Tocantins	685	44.955
TOTAL	24.740	749.328

Fonte: IBGE (2017).

Proporcionalmente (considerando a relação entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e o número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado), os estados que possuem mais estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado são Mato Grosso com 9,80%, seguido por Rondônia com 8,07% e o Amapá com 6,40%. Já o Pará, apesar de ser representativo no número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado, não é tão expressivo considerando essa proporção, uma vez que não alcança 2% dos estabelecimentos da agricultura familiar total vinculados às cooperativas no estado.

Nos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados cerca de 83,27% (20.601 estabelecimentos) a finalidade produtiva é a comercialização, enquanto para 16,73% (4.139 estabelecimentos) é o consumo próprio das famílias. Em comparação com os estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativados, em cerca de 61,24%



(443.738 estabelecimentos) a finalidade principal é a comercialização e 38,76% (280.850 estabelecimentos) é para consumo próprio.

Outro aspecto que merece destaque é que 27,83% (6.885 estabelecimentos) dos agricultores vinculados a cooperativas recebem assistência técnica em suas propriedades, enquanto 16,75% (121.368 estabelecimentos) de agricultores familiares não vinculados a cooperativas acessam algum tipo de assistência técnica. Nota-se que grande parte da assistência técnica ofertada aos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados são originárias de entidades governamentais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, seguida das próprias cooperativas que disponibilizam assistência técnica diretamente aos seus cooperados.

Uma faceta adicional que demonstra a relevância das cooperativas nos empreendimentos agropecuários é a principal fonte de renda das famílias agricultoras. Para cerca de 70% dos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados (17.320 estabelecimentos), a renda principal é advinda das atividades agropecuárias realizadas no próprio estabelecimento, enquanto para cerca de 30% (7.420 estabelecimentos) a renda principal é resultado de outras atividades fora do estabelecimento, incluindo a venda da força de trabalho. Em contrapartida, entre os estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativada, apenas 56,97% (412.798 estabelecimentos) têm a renda principal advinda das atividades do próprio estabelecimento.

Com relação a utilização de agrotóxico para produção nessas propriedades rurais, é possível observar que cerca de 56% (13.854 estabelecimentos) da agricultura familiar cooperativada relataram não utilizar agrotóxico na produção. Não obstante o expressivo número de estabelecimentos da agricultura familiar que relataram não utilizar agrotóxicos, apenas 4,14% (1.089 estabelecimentos) praticam agricultura ou pecuária orgânica nos estados pertencentes à Amazônia Legal. Por outro lado, apenas 1,85% dos estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativada relataram não utilizar agrotóxicos, demonstrando que os estabelecimentos cooperativados apresentam maior tendência de não utilização de agrotóxicos. Quanto à propriedade da terra, os estabelecimentos cooperativados possuem maior porcentagem de proprietários 84,96%



(21.019 estabelecimentos) em comparação aos não cooperativados que representam 78,32%.

Em suma, os dados do Censo de 2017 revelam o potencial do cooperativismo para a agricultura familiar na Amazônia Legal quando comparados à agricultura familiar não cooperativada. Apesar de representarem 3,30% do total de estabelecimentos da agricultura familiar na região, se tratando do acesso à assistência técnica, finalidade da produção, prática de agricultura ou pecuária orgânica e proprietários de terras os agricultores familiares vinculados a cooperativas apresentaram melhor performance quando comparados aos agricultores familiares não cooperativados, conforme sintetizado na Tabela 3.

Tabela 3- Quadro Geral do Perfil da Agricultura Familiar da Amazônia

PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado	Estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativado	Diferença em %
Finalidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar - comercialização	83,27%	61,24%	22,03%
Estabelecimentos da agricultura familiar cujo a renda principal advém das atividades do estabelecimento	70,01%	56,97%	13,04%
Estabelecimentos da agricultura familiar que recebem assistência técnica	27,83%	7,06%	20,77%
Estabelecimentos da agricultura familiar que não utilizam agrotóxico	55,99%	76,65%	-20,66%
Estabelecimentos da agricultura familiar que tem produção orgânica	4,14%	1,85%	2,29%
Estabelecimentos da agricultura familiar que são proprietários de suas terras	84,96%	78,32%	6,64%

Fonte: IBGE (2017).

A fim de realizar uma análise territorializada, observa-se que estados com maiores proporções de agricultores familiares cooperativados cujo a finalidade principal da produção agropecuária é a comercialização são Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Roraima e Amazonas, representando respectivamente 96,85%, 87,81%, 81,75%, 81,23% e 79,65%. Os estados com as menores proporções nesse quesito foram Acre, Maranhão,



Amapá e o Pará representando respectivamente 54,54%, 55,33%, 68,90% e 75,83% dos agricultores familiares comercializando suas produções, ou seja, nesses estados há uma representativa parcela de agricultores familiares com produção apenas para consumo próprio e/ou para consumo de pessoas com laços parentescos.

Considerando as vantagens em participar de cooperativas em relação à assistência técnica, pode-se observar que Mato Grosso, Tocantins, Roraima e Rondônia possuem percentuais mais significativos no quesito estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado que recebem algum tipo de orientação técnica, sendo em média 34% dos estabelecimentos atendidos. Já o Acre, Amapá, Amazonas apresentam variação de 21% a 24% nesse aspecto, enquanto os estados com menor proporção de estabelecimentos agrícolas familiares cooperados que recebem assistência técnica são o Maranhão e Pará com apenas 17,83% e 18,20% respectivamente.

No tópico seguinte serão apresentados os dados obtidos a partir do Extrato do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) para posterior comparação dos dados obtidos através das duas bases de dados.

4.2 Panorama das Cooperativas de Agricultura Familiar na Amazônia a partir da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

Foram identificadas 561 cooperativas com DAP Jurídica nos municípios da Amazônia por meio do sistema Extrato DAP. Desse total, apenas 218 cooperativas estavam em situação ativa, enquanto 343 estavam irregulares, representando 60% das DAPs registradas. Entre as DAPs irregulares, 32 encontravam-se bloqueadas, 4 canceladas, 12 inválidas e 295 expiradas. A ausência de informações detalhadas sobre as DAPs irregulares dificulta a análise precisa do cooperativismo na região, resultando em uma representação ainda limitada do número total de cooperativas e cooperados da região.

Os números indicam um expressivo potencial de regularização, já que cerca de 60% das cooperativas com DAP não estavam aptas ao acesso de programas públicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, como o PNAE e o Pronaf. No entanto, Perin *et al.* (2021) observaram que uma das principais dificuldades enfrentadas pela



agricultura familiar no acesso à Declaração é reunir os documentos necessários para emitir ou renovar a DAP. Há, portanto, uma gama de cooperativas irregulares na região e que poderiam beneficiar diversas comunidades e indivíduos.

Do total de cooperativas com DAP ativa, cerca de 39,45% estão localizadas no Pará, estado com maior número de cooperativas, possuindo 86 DAPs ativas. Enquanto os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso detêm entre 11% e 13,87% das cooperativas com DAPs ativas da região. Já o Amapá, Roraima e Tocantins são os estados com menor número de cooperativas com DAPs ativas. Juntos, esses estados detêm apenas 10,55% das cooperativas na Amazônia.

As cooperativas com DAP ativa totalizam 15.826 cooperados, sendo que 33,02% (5.226 cooperados) estão localizados no Pará, estado com maior representação também no número de cooperados. Já o estado do Mato Grosso concentra 23,25% do total de cooperados. Juntos, ambos os estados detêm mais da metade dos cooperados na Amazônia. Em seguida, o estado do Acre se destaca com 1.589 cooperados, ou seja, 14,65% do total de associados da região, seguido por Roraima, que detém 11,72% dos cooperados (1.272 cooperados). Os estados com menor representatividade no quesito cooperados são Tocantins, Amapá e Rondônia, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Média de cooperados por cooperativa

Estados	Cooperados	Cooperativas com DAP ativa	Média de cooperados por cooperativa
Acre	1.589	24	66
Amapá	668	11	61
Amazonas	1.069	20	53
Maranhão	1.301	25	52
Mato Grosso	3.679	20	184
Pará	5.226	86	61
Rondônia	853	20	43
Roraima	1.272	8	159
Tocantins	169	4	42
TOTAL	15.826	295	80,11

Fonte: Extrato DAP (2023).



Analisando a média² de cooperados por cooperativa, é possível notar que outros estados se destacam neste quesito. Por estado, a média de cooperados por cooperativa varia entre 42 e 184 cooperados, sendo que o Mato Grosso apresenta a maior concentração de cooperados por cooperativa, enquanto em Rondônia e Tocantins há maior diluição dos cooperados. O estado de Roraima apresenta o segundo maior número de cooperados por cooperativa. Logo, mesmo diante do baixo número de DAPs ativas em Roraima, estes empreendimentos, quando comparados aos demais estados da região, possuem um número significativo de famílias beneficiadas diretamente pelas suas atividades.

A partir do extrato da DAP também é possível identificar o número de cooperados por cooperativa e a composição societária, sendo as principais categorias: Assentado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), extrativista, pescadores, quilombola, indígena, aquicultor, silvicultor, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, demais agricultores familiares e agricultores sem DAP, dificultando a sua categorização devido a falta de informações. Na Tabela 6 é detalhado o número de cooperados por categoria nos estados da Amazônia.

Tabela 6 - Composição societária das cooperativas com DAP ativa por estado da Amazônia, 2023

Composição Societária	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	Total
Aquicultor	39	16	2	3	16	25	16	35	1	153
Extrativista	250	102	166	34	8	527	0	18	1	1.106
Pescador	28	215	8	12	1	160	41	2	0	467
Silvicultor	0	0	0	0	0	17	0	0	0	17
Assentados PNRA	359	54	64	95	686	492	25	350	60	2.185
Beneficiários PNCF	0	0	0	1	49	0	14	0	0	64
Indígenas	3	49	0	0	3	3	25	94	0	177
Quilombolas	1	0	33	81	5	191	0	0	6	317

² Média simples, divisão do número de cooperados pelo número de cooperativas com DAP ativa.



Demais agric. familiares	467	452	206	714	1.712	2.908	516	373	36	7.384
Sem DAP	442	181	189	361	1.199	903	216	400	65	3.956
Total	1.589	1.069	668	1301	3.679	5.226	853	1.272	169	15.826

Fonte: Extrato DAP (2023).

Cerca de 46,64% (7.384 cooperados) são classificados como demais agricultores familiares e 25% (3.956 dos cooperados) não são detentores de DAP física, dificultando a sua categorização e invisibilizando os povos e comunidades tradicionais pujantes na região. A terceira categoria com maior número de cooperados é PNRA, com 13,8% (2.185 cooperados), seguido da categoria extrativista representando 7% (1.106 cooperados). As demais categorias, somadas, não ultrapassam 7,5% do total de cooperados da região, com apenas 1.195 cooperados.

Em relação à constituição dessas organizações, optou-se por analisar o ano de constituição das cooperativas a partir de 1975. No período analisado, houve uma representativa evolução no número de cooperativas constituídas em 30 anos na região. A partir dos anos 1990 há um aumento progressivo no número de cooperativas constituídas. Percebe-se um crescimento constante na constituição de cooperativas de 2006 a 2014, com declive da curva de constituição até 2018 e, a partir de 2019, o número de cooperativas constituídas retoma a curva de crescimento. O ano com maior número de constituição de cooperativas foi 2021, com 22 cooperativas constituídas, enquanto o ano de 2019 somou 18 cooperativas. Cabe mencionar que o ano de 2020, quando se inicia a pandemia, se destaca pela baixa quantidade de cooperativas constituídas (12), mas o crescimento é retomado posteriormente.

Baseado na literatura especializada e em pesquisas prévias, uma hipótese que justifica esse aumento é a institucionalização da Lei nº 11.947/2009, que define a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE, incentivando a criação de cooperativas como modelo de organização coletiva formal adequado para acessar esse mercado institucional. Essa hipótese ressalta o papel estratégico do estado na criação de políticas públicas que moldam o comportamento das organizações, moldando o ambiente



legal sob a qual essas experiências se edificam. Por isso, o tópico a seguir amplia essa análise e fornece subsídios para a construção de uma agenda pública favorável ao cooperativismo na Amazônia.

5. Cooperativismo na Amazônia: subsídios para fomentar uma agenda pública

Os resultados deste estudo mostraram que as cooperativas são expressivas na Amazônia e beneficiam inúmeros agricultores familiares. Inicialmente, notou-se uma profunda contribuição das cooperativas na vida econômica das famílias cooperadas. Os dados do Censo Agropecuário (2017) mostraram que há uma diferença superior a 22% da agricultura familiar cooperativada quando analisada a finalidade principal de comercialização. Esse incremento percentual é significativo quando se compreende que, em geral, trata-se de um público historicamente marginalizado da agenda pública governamental e que convive com desafios para superar condições de vulnerabilidade social. Este fato pode ser justificado pela atuação das cooperativas como mecanismos de subversão da marginalização da agricultura familiar nos sistemas alimentares sustentáveis, através da inclusão de agricultores familiares em mercados alimentares (Chayanov, 2017; Freitas, 2022).

O acesso a mercados pela agricultura familiar é fundamental para a resiliência das famílias e sua manutenção no campo (Freitas, 2022), e como expressam os dados, as cooperativas podem estar contribuindo para isso. Não obstante a importância da produção destinada para o consumo familiar, a ênfase na produção para a comercialização destaca que as cooperativas cumprem o seu papel econômico e que a agricultura familiar se beneficia disso. Os dados sugerem, portanto, que ser agricultor(a) familiar cooperativado significa ter mais oportunidades para explorar economicamente seu estabelecimento agropecuário e dele extrair renda significativa para a família.

Para além do acesso a oportunidades comerciais, o vínculo com as cooperativas amplia o acesso a serviços de assistência técnica e contribuem para uma agricultura mais produtiva e sustentável. A diferença superior observada nos dados do Censo Agropecuário (2017) nestes dois itens convergem para isso: mais acesso à assistência



técnica implica em mais informações e orientações para qualificar e ampliar a produção agropecuária e mais acesso a mercados, promovendo melhores oportunidades para escoamento da produção e, assim, geração de renda. Apesar de haver outras variáveis influenciando esse cenário, o indicador de que a grande maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativada tem a renda principal advinda de seu próprio estabelecimento dá pistas para afirmar que ser cooperativado pode resultar em maior autonomia econômica da família.

Os resultados também demonstraram que há uma distribuição desigual das cooperativas da agricultura familiar na Amazônia, com diferenças significativas entre os estados. Os resultados encontrados sugerem haver uma relação entre a dimensão territorial e populacional na distribuição das cooperativas. O Pará é um estado emblemático na compreensão desta hipótese. Ele destaca-se pelo elevado número de cooperativas e cooperados, e isso pode estar relacionado a sua expressiva dimensão territorial e populacional. Enquanto isso, estados menores, como Roraima, apesar de apresentarem um baixo número de cooperativas, apresentam bons indicadores quanto à assistência técnica, à renda e à finalidade comercial da produção.

Portanto, mesmo em estados com menores números de cooperativas, essas organizações podem trazer benefícios significativos para seus cooperados. O que significa que a quantidade de cooperativas também pode não estar atrelado a qualidade e a capacidade destas organizações. A alta proporção de estabelecimentos onde a finalidade principal da produção é a comercialização e cuja renda principal advém das atividades agrícolas, reforça o papel estratégico das cooperativas no fortalecimento das cadeias produtivas e geração de trabalho e renda na Amazônia.

Para potencializar essas contribuições, é essencial que as políticas públicas considerem as características específicas de cada estado. Além disso, a cooperação entre governos e instituições é fundamental para promover o desenvolvimento do cooperativismo na região. Os estados que apresentam menor número de cooperativas e DAPs Jurídicas ativas, podem indicar maior atenção e suporte para promover a organização e a formalização do setor. Enquanto isso, estados com baixa oferta de



assistência técnica podem indicar a necessidade de ampliar o apoio na oferta desse serviço.

6. Conclusão

Diante da escassez de bases de dados consolidadas e sistemáticas sobre o cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia, a utilização das informações disponíveis no Censo Agropecuário de 2017 e nas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) mostrou-se uma estratégia metodológica relevante para a compreensão desse fenômeno. Embora tais fontes apresentem limitações quanto à abrangência e à capacidade de capturar toda a complexidade sociocultural da agricultura familiar amazônica, elas oferecem evidências importantes sobre o papel das cooperativas na estruturação produtiva e no fortalecimento socioeconômico desse segmento. Assim, os resultados obtidos reforçam a importância de reconhecer, valorizar e promover o cooperativismo como vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável da região. A visibilidade e o fortalecimento dessas organizações são essenciais para ampliar as capacidades locais, reduzir vulnerabilidades e impulsionar a bioeconomia amazônica.

A análise demonstrou que os estabelecimentos da agricultura familiar vinculados a cooperativas apresentam desempenho superior em diversos indicadores-chave, como comercialização da produção, acesso à assistência técnica, geração de renda no próprio estabelecimento e menor dependência de agrotóxicos. Esses resultados evidenciam que a atuação cooperativada potencializa o aproveitamento econômico e ecológico das propriedades, promove maior autonomia das famílias agricultoras e fortalece práticas sustentáveis — fatores decisivos para a consolidação de uma bioeconomia de base comunitária na Amazônia.

Ademais, a expressiva quantidade de cooperativas com DAPs inativas ou irregulares revela não a fragilidade do cooperativismo, mas a necessidade de políticas públicas mais efetivas para apoiar sua formalização e regularização. Isso inclui a simplificação de processos burocráticos, o fortalecimento da assistência técnica e a ampliação do acesso a mercados institucionais, como o PNAE e o PAA. Nesta direção, cooperativismo na Amazônia não pode ser visto apenas uma alternativa organizacional



para a agricultura familiar, mas uma estratégia fundamental para o enfrentamento de desigualdades estruturais, para a valorização da sociobiodiversidade e para a manutenção dos modos de vida tradicionais em consonância com a conservação ambiental. Investir em políticas públicas orientadas para o fortalecimento das cooperativas é investir na capacidade da Amazônia de construir caminhos próprios de desenvolvimento sustentável.

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar os estudos em nível local e qualitativo, investigando como as dinâmicas internas das cooperativas e suas relações com diferentes atores sociais impactam seus resultados econômicos, sociais e ambientais. Tal abordagem permitirá avançar na construção de uma agenda científica e política que compreenda o cooperativismo não apenas como forma de organização econômica, mas como expressão concreta de desenvolvimento territorial justo, solidário e ecologicamente viável na Amazônia.

7. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Fundamentalismo sectário impede o fortalecimento da economia da sociobiodiversidade**. Estudos Avançados, n. 36, v. 106, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Resolução nº 2.191, de 1995**. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 1995.



BRONDIZIO, E. S. *et al.* **Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon.** *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 49, p. 66-78, 2021.

CHAYANOV, A. **A Teoria das Cooperativas Camponesas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

FREITAS, A. F. **Contribuições do cooperativismo para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis em países de língua portuguesa.** Estágio Pós-Doutoral, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia (CES/FEUC), Coimbra, Portugal, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Editora Atlas: São Paulo, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2017. **Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

LONDRES, M. *et al.* **Place-based solutions for global social-ecological dilemmas: An analysis of locally grounded, diversified, and cross-scalar initiatives in the Amazon.** *Global Environmental Change*, v. 82, 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>>. Acesso em 04 de jan. 2024.



PAMPLONA, L. M. P.; SALARINI, J.; KADRI, N. M. **Potencial da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e possibilidades para a atuação do BNDES.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, ed. esp., 2021.

PERIN, G. *et al.* **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios.** 2021.

RAMOS, J. M. G. *et al.* **O cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola de Rio Preto da Eva-Amazonas.** Research, Society and Development, v. 11, n. 7, 2022.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). **Extrato DAP Pessoa Jurídica.** Disponível em: <<https://smap14.mda.gov.br/extratodap/>>. Acesso em: 10 de out. 2023.

SILVA, L. J. *et al.* **O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM.** 2019.

SILVA, P. F. N. *et al.* **Atividades produtivas e contexto socioeconômico da cooperativa D'Irituia.** Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 7, n. 14, p. 47-72, 2020.

SOUSA, A. M. P. *et al.* **Cooperativismo em Comunidades florestais na Amazônia: o que dizem os não-membros?** Ambiente & Sociedade, v. 22, 2019.

SOUZA, R. R. C.; BAHIA, P. Q.; GOMES, S. C. **Inclusão de pequenos produtores rurais em cadeias de valor: O caso do Tucumã (Astrocaryum Vulgare Mart.) no município de Irituia.** 2021.